ARTE SACRA AFRO-BRASILEIRA EM ACERVOS MUSEOLÓGICOS: UM ESTUDO DA "COLLECÇÃO ETHNOGRAPHICA FEITCHISTA DA BAHIA" (1928)

Monik Alves Fonseca[1]
Lia Dias Laranjeira[2]

RESUMO

O presente estudo investigou a formação e a trajetória da coleção de objetos religiosos de terreiros da Bahia, presente no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, identificando os processos tanto de apreensão dos objetos quanto de doação ao Museu Paulista. Além disso, a pesquisa examinou os objetos da coleção referida — instrumentos musicais, colares de conta e ferramentas de orixás — a partir de uma análise dos seus aspectos formais e estéticos. Com os resultados preliminares, o projeto de pesquisa pretendeu voltar-se para a análise das possibilidades de identificação dos terreiros de origem e para o debate sobre restituição de objetos religiosos. A pesquisa, de caráter interdisciplinar, dialoga com os campos da história, da arte e da antropologia, e tem como fontes principais as imagens dos objetos da coleção e os periódicos das primeiras décadas do século XX. A investigação foi desenvolvida a partir de duas frentes principais de pesquisa que incidiram, em um primeiro momento, nos jornais das duas primeiras décadas do século XX e, em um segundo momento, nos objetos religiosos de terreiros de candomblé da Bahia pertencentes à coleção doada em 1928. Na pesquisa documental, o trabalho foi direcionado aos jornais da Bahia publicados nas primeiras décadas do século XX, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Palavras-chave: Perseguição policial Candomblé Museu Paulista Década de 1920 .

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras - Malês, Discente, monikalves1998@gmail.com[1]
Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras - Malês, Docente, lialaranjeira@unilab.edu.br[2]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

Esta apresentação é fruto de um projeto de pesquisa que teve como foco a formação e a trajetória da coleção intitulada como “Collecção ethnographica feitchista da Bahia”, formada por objetos religiosos de terreiros de candomblé da Bahia, presente no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Esta coleção foi doada em 1928 pelo secretário de Justiça da Bahia, Bernardino Madeira de Pinho, ao Museu Paulista e transferida para o MAE em 1989. Nesta apresentação, trazemos o resultado da nossa pesquisa, fomentada pelo PIBIC durante o período de 2019 a 2020. O presente projeto propõe esmiuçar a formação e a trajetória da coleção de objetos religiosos de terreiros da Bahia, presente no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, identificando os processos tanto de apreensão dos objetos quanto de doação ao Museu Paulista. Desse modo, traçamos como objetivos: identificar os locais de apreensão dos objetos que formaram a “Collecção Ethnographica Feitchista da Bahia” de 1928; conhecer o processo de doação dos objetos mencionados ao museu paulista; identificar as características formais e estéticas dos objetos já fotografados pela proponente; e organizar o compartilhamento das imagens da coleção com as comunidades dos diferentes terreiros de candomblé envolvidos nas apreensões policiais estudadas.

METODOLOGIA

O projeto estava previsto para ser desenvolvido a partir de duas frentes principais de pesquisa. Em um primeiro momento, a investigação teve como foco os jornais das duas primeiras décadas do século XX e, em um segundo momento, a atenção se voltou para os objetos religiosos de terreiros de candomblé da Bahia pertencentes à coleção doada em 1928. Antes da realização da pesquisa documental, foi executada a leitura e discussão de textos previamente selecionados em conjunto com a coordenadora do projeto. Após a leitura e sistematização dos textos selecionados, demos início à pesquisa documental nos jornais A Tarde entre os anos 1920 a 1929, presentes no arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, localizado em Salvador. Outra parte da pesquisa documental foi realizada na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, onde foi possível encontrar, por exemplo, a partir de palavras-chave, reportagens relacionadas à pesquisa no jornal O Combate, Bahia Illustrada, Amanhã. A pesquisa documental contou com: 1. Registro fotográfico das matérias relacionadas com o tema da pesquisa; 2. Transcrição das matérias fotografadas; e 3. Sistematização das transcrições de acordo com as seguintes informações: Nome do Jornal e data; Tipo de denúncia; Nome do terreiro e localização; Nome(s) do/a(s) liderança(s) religiosa(s); Identificação da apreensão; Nome(s) do(s) responsável pela apreensão; Identificação do local de detenção das pessoas e objetos; Identificação do responsável pela denúncia; Terminologias utilizadas para se referir ao terreiro; às práticas religiosas ligadas ao candomblé; às suas lideranças; e aos objetos apreendidos. Além disso, com o intuito de conhecer os objetos religiosos afro-brasileiros em exposição e nos aproximarmos de artefatos próximos daqueles que integram a coleção em estudo, visitamos o Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia, localizado no Pelourinho na cidade de Salvador. No sentido de termos uma maior noção do contexto das apreensões aos terreiros, assistimos e analisamos o filme “Bahia de todos os santos” (1960), dirigido por Trigueirinho Neto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de se conhecer e divulgar a história dessa coleção, a primeira parte da pesquisa, já realizada, pretendeu encontrar notícias nos jornais, “A tarde”, “Amanhã” e “Bahia Illustrada” entre os anos de 1920 a

ISSN: 2447-6161

1928, relacionadas à apreensão de objetos de matriz afro-brasileira realizadas no contexto das perseguições policiais aos terreiros e lideranças religiosas do candomblé da cidade de Salvador. Vale destacar que o Código Penal Brasileiro de 1890 instituiu como ato criminoso as manifestações religiosas afro-brasileiras, inseridas nas classificações genéricas de "espiritismo", "magia" e "seus sortilégios". No Capítulo III, denominado "Dos crimes contra a saúde pública", o artigo 157 atingia diretamente os terreiros de candomblé e os sujeitos envolvidos com a manutenção desses espaços religiosos:

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública.

Os artigos citados justificavam e amparavam juridicamente o fechamento de templos religiosos, a perseguição e prisão de suas lideranças e dos seus adeptos, assim como a apreensão dos objetos religiosos, muitos deles utilizados em cerimônias e assentamentos de orixás, divindades africanas presentes em diversas religiões do Brasil, como o candomblé.

A fim de ilustrar e destacar a violência desse tipo de perseguição, descrevemos uma das cenas do filme "Bahia de todos os santos" (1960) que retrata a cidade de Salvador dos anos 40. Nesta cena, cinco policiais montados a cavalo invadem um terreiro de candomblé durante uma cerimônia religiosa, provocando a fuga das mulheres e homens que participavam da celebração. Um dos policiais, ainda montado, dá início à destruição do altar, localizado na parte externa do barracão, onde acontecia a cerimônia, acabando por atear fogo e destrui-lo. O mesmo policial ao se dirigir à ialorixá do terreiro, conhecida como Mãe Sabina, ordena que apresente o seu documento de identificação. Mãe Sabina, no entanto, responde que não o possui e como resposta, o policial grita de forma autoritária: "Não precisa saber ler para conhecer os decretos do presidente! (...) Vosmecê sabe que o despacho é proibido. Se não obedece por bem, vai à força!". Na sequência, algumas filhas de santo são obrigadas a reunir os objetos religiosos em um lençol branco que serviria também como suporte para o deslocamento dos mesmos. Sob as ordens e a vigília dos policiais à cavalo, elas são obrigadas a carregar os objetos sagrados suspensos pelo lençol até a delegacia.

Estudos como os de Vilson Caetano (2018), em seu livro "Corujebó", trazem alguns depoimentos que vão ao encontro da cena descrita. Em um dos depoimentos apresentado no livro do autor Caetano (2018, p. 12), o senhor Pedro Soares de 64 anos, nascido em 1935, filho do pai de santo Paulo Soares, conhecido como Paulo do Brôgo de Brotas. Pedro relata que vivenciou o tempo da perseguição policial que ocorria por meio de cavalarias de policiais, tal como mostrado no filme supracitado, e que sabe o que é "colocar um atabaque na cabeça e descer para a Delegacia de Jogos e Costumes". Em seu relato, ele descreve o que acontecia nas batidas policiais: "Vi muitas casas serem fechadas. Quando a cavalaria chegava, levava o povo que estava lá dentro. Eles mesmos colocavam os atabaques na cabeça e iam para a Delegacia de Jogos e Costumes."

Angela Luhning (1995) menciona que os artefatos religiosos aprendidos quando não eram destruídos, eram levados para o Instituto Geográfico e Histórico, "recebendo denominações bastante pejorativas e desrespeitosas" (LUHNING, 1995, p. 201). Em uma perspectiva semelhante, os autores Britto, Dantas e Santos Júnior (2020, p. 207) ao tratar dos artefatos apreendidos pela polícia no Estado de Sergipe, mencionam que os mesmos eram vistos como 'troféus' de uma 'batalha das memórias' em prol do combate às práticas tidas como incivilizadas, pensamento influenciado pelo determinismo biológico que reconhecia esses artefatos a partir de teses racialistas, como testemunhos do desvio e da delinquência."

Em artigo sobre a perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942, Luhning (1995) pauta sua investigação em publicações do referido período nos jornais baianos A Tarde e Estado da Bahia. De acordo com Luhning (1995), a polícia justificava as batidas policiais pelo som alto dos batuques, pelos gritos e

ISSN: 2447-6161

palavrões e pelos ebós, classificados como "'porco e degradante'" (T.12 - 10/11/1925). A polícia realizava as batidas dando voz de prisão para todos que ali estavam e os levavam para a delegacia onde passavam uma noite presos. Por conta disso, muitos dos povos-de-santo realizavam suas festas de maneira escondida ou iam para lugares periféricos da cidade.

Alves (2019) explica que tais perseguições policiais são herança da época colonial, de meados dos século XVII, especificamente, quando data as primeiras expressões religiosas de matriz africana. A primeira Constituição, de 1824, outorgada por Dom Pedro I, garantia a liberdade de expressão religiosa a todos, desde que respeitasse a religião do Estado – o Catolicismo – e professasse suas crenças em ambientes privados. Porém, as expressões religiosas de matriz africana ainda assim sofriam repressões. Como afirma Alves, "ainda que a liberdade religiosa estivesse legalmente estabelecida, a prática se dava de maneira distinta no que se refere às expressões religiosas africanas e afrobrasileiras, havia outros procedimentos para que a punição a estas expressões pudesse ser exercida" (2019, p. 02).

De acordo com Luhning (1996), o motivo maior para tais perseguições pautava-se em "'uma campanha cerrada da imprensa'". Como exemplo, a autora cita parte de uma notícia publicada no Jornal A Tarde que afirma: "Nesses antros de feitiçaria, dispersos pela cidade, occorrem scenas monstruosas, impressionantes, não raro victimando oa imprudentes que se prestam ás bruxarias. A policia ignora ou fecha os olhos propositadamente [...]". (AT - 29/5/1923).

De acordo com os nossos achados, a imprensa usava de sua influência social para inferiorizar o candomblé e seus seguidores, chamando a atenção da polícia, como é possível observar na seguinte notícia publicada no jornal A Tarde: "A cidade está cheia de antros de feitiçaria e falsos centros espiritas, onde se explora a credulidade e a bolsa do publico. E' uma praga que se alastra como o jogo do bicho, gozando ambos da mais larga e efficaz protecção da policia [...]." (AT, 2/8/1923, p. 2).

Nosso objetivo na pesquisa aos periódicos foi encontrar também notícias referentes à doação desses artefatos presentes, atualmente, no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e desse modo identificar as suas origens. Isto é, os terreiros nos quais esses mesmos objetos assumiam uma função religiosa. Encontramos na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional uma notícia publicada no jornal O Combate (26/08/1927) que anunciava a visita a Salvador realizada pelo historiador Affonso Taunay, à época diretor do Museu Paulista. Portanto, Taunay esteve em Salvador um ano antes da doação das peças ao museu dirigido pelo mesmo. Outras notícias sobre o mesmo assunto foram encontradas no jornal A Tarde de 18, 19 e 26 de agosto de 1927. Estas noticias descrevem que Taunay esteve na Bahia visitando alguns monumentos historicos e pessoas importante assim como o então Governadoer do Estado

A "Collecção ethnographica feitchista da Bahia" (1928) presente atualmente no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, é formada por 91 objetos religiosas de matriz afro-brasileira e 38 foram fotografados pela coordenadora desta pesquisa. Os objetos fotografado eram Xaxará, foicinha, chocalhos, Lanças, Esapadas de Ogum, Machadinhos de Xangô, Facas de matança, Espadas, Ferramentas de Ogum, Ferramentas de Oxossi, Atabaques e Colares de contas.

CONCLUSÕES

A pesquisa pretendeu não só trazer à tona os processos de apreensão e de doação dos objetos da "Collecção ethnographica feitchista da Bahia", mas também contribuir com a história e a biografia cultural de artefatos religiosos de terreiros de candomblé da Bahia tanto no contexto de perseguição às práticas religiosas de matriz africana, quanto no âmbito dos seus espaços de origem. A segunda etapa da pesquisa contribuiria de forma mais direta com esse último aspecto ao estabelecer um diálogo com lideranças dos terreiros

ISSN: 2447-6161

identificados na pesquisa, trazendo à tona também a memória das mesmas e de sua comunidade. Infelizmente, na segunda etapa da pesquisa fomos surpreendidas pela necessidade de isolamento em decorrência da pandemia do novo Covid 19, o que nos impossibilitou de estar em contato com os terreiros de candomblé da cidade de Salvador. Diante disso, continuamos a nossa pesquisa por meio da leitura e sistematização da documentação selecionada e de artigos e livros relacionados ao estudo.

A pesquisa realizada possibilitou identificar o papel crucial da imprensa na apreensão dos objetos sagrados dos terreiros de candomblé de Salvador na década de 1920. Era a imprensa quem, muitas vezes, denunciavam os terreiros, cobrava que a polícia fizesse a batida para "proteger" os "cidadãos de bem" dos "selvagens". Além de usar a sua influência social para inferiorizar o candomblé e seus seguidores perante toda a sociedade, chamando a atenção da polícia para os terreiros. Algumas vezes o texto tinha um tom de denúncia não apenas em relação ao funcionamento das casas de candomblé, mas também direcionada à polícia, por não fazer o seu trabalho de "proteger" a sociedade das "perturbações" provocadas pelos terreiros. Pensando nesse tema, apresentamos, no 2º Simpósio Internacional Amar e Mudar as Coisas: A(fé)tos e Religiões, Sensibilidades e Emoções, o trabalho intitulado: "Repressão aos terreiros de candomblé de Salvador nos anos 20 e formação de coleção de objetos religiosos: um estudo sobre o papel da polícia e da imprensa a partir do Jornal A Tarde" no GT "Violência e Religião em novas perspectivas sobre o Patrimônio material afro-brasileiro".

Ao analisarmos as reportagens encontradas nos jornais "A Tarde" da década de 1920 a 1929 no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia foram identificadas 14 ocorrências relacionadas ao candomblé em forma de denúncia. Dentre essas denúncias, 3 foram feitas pelo próprio jornal, 4 foram sobre batidas policiais e 7 foram denúncias vindas da população. As imputações de crime feitas tanto pela população quanto pelo jornal eram justificadas (1) pelo incômodo com o barulho dos atabaques, (2) pela falta de policiamento para que se proibisse a realização do culto, e (3) simplesmente pela prática do candomblé.
As denúncias identificadas nos jornais se referiam a terreiros de candomblé instalados nos bairros Fazenda Grande distrito, São Caetano, Matta Escura no Engenho Velho, Matta Escura do Retiro, Alto da Capelinha e Sete Portas. Nestas batidas policiais foram apreendidas cerca de 50 pessoas entre líderes e adeptos, além de seus objetos sagrados, denominados por eles como apetrechos bélicos e bugigangas, como ganzás, cadeira usada pelo pai de santo, pandeiros, flechas, dentre outros objetos. Muitos desses objetos apreendidos foram doados ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, tal como destacou a bibliografia estudada. Dentre as pessoas apreendidas, normalmente pai ou mãe de santo, estão Severino, do terreiro Cruz do Cosme, Lourenço José Mathias, do terreiro em Fazenda Grande (São Caetano), Osumaré (nome incompleto) do terreiro na Matta Escura do Engenho Velho, Hylario José do Nascimento Bogum, do terreiro localizado no Engenho Velho, Manoel Doré e Helena Santos, lideranças de terreiros localizados na Matta Escura, Bernardinho, do terreiro na Matta Escura do Retiro, e Crescenço do Alto da Capelinha. Essas informações encontradas no Jornal A Tarde permitiram identificar alguns terreiros em atividade na cidade de Salvador.
Uma outra conclusão importante para o nosso estudo foi a identificação da passagem do diretor do Museu Paulista à cidade de Salvador um ano antes da doação dos objetos sagrados para esta instituição. Sabendo da sua visita à coleção de objetos religiosos do candomblé presente no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, assim como o seu interesse e admiração pela mesma (Revista do IGHB, nº 54, 1928; CERÁVOLO, 2017), supomos que foi essa experiência que mobilizou a doação dos objetos sagrados do candomblé ao Museu Paulista empreendida pelo Secretário de Justiça da Bahia, Bernardino Madeira de Pinho.

ISSN: 2447-6161

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - (CNPQ), por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC) vinculado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Desse modo, deixamos registrado a nossa profunda gratidão à bolsa concedida para a realização desta pesquisa. Também gostaria de agradecer à minha orientadora Lia Laranjeira, pela oportunidade, pelo afeto e cuidado ao longo da pesquisa. Gratidão, Lia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Gustavo. A situação da 'Coleção Magia Negra' e o cenário dos processos de restituição de objetos. In: Simpósio Nacional de História, 2019, Recife. Anais do 30° Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil, 2019.

BAHIA de todos os Santos. Direção de Trigueirinho Neto. Salvador: Ubayara Filme, 1960. 1 DVD (100 min.).

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 de mar. 2020.

BRITTO, Clovis Carvalho; DANTAS, Rafael Jesus da Silva; SANTOS JÚNIOR, Roberto Fernandes dos. Sobrevivente entre “museus perdidos”: notas sobre o museu do instituto histórico e geográfico de Sergipe (1912-1946). In: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (org.). Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], 2020. p. 195-211.

CERÁVOLO, Suely Moraes. “Colecionando ‘homens e cousas’: por um perfil do Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1927)”. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, v. 112, p. 97-134, 2017.

LÜHNING, Angela Elisabeth. “Acabe com este Santo, Pedrito vem aí . . .” Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 - 1942. Revista USP, São Paulo, v. 28, p. 194-220, 1995.

REVISTA DO IGHB, nº 54, 1928. “O Dr. Affonso de E. Taunay no I.G.H. da Bahia
Conferência realizada em Sessão de 20 de agosto de 1927”.

SOUZA JÚNIOR, Vilson Caetano. Corujebó: Candomblé e Polícia de Costumes (1938-1976) [online]. Salvador: EDUFBA, 2018. ISBN: 978-85-232-1878-2. https://doi.org/10.7476/9788523218782.